



Índice

- 01** [Papa veste cocar em encontro com indígenas](#)
- 02** [Grupo de índios pataxós tenta entrar no Theatro Municipal sem camisa e são barrados](#)
- 03** [Índios de Dourados participam de capacitações para aumentar produção de alimentos](#)
- 04** [Indígenas atraem olhares durante peregrinação](#)
- 05** [Partido Indígena pode solucionar causas perdidas](#)
- 06** [Primeiro indígena a ter diploma de nível superior quer fundar partido](#)
- 07** [Jovens indígenas do Tocantins entregam carta ao Papa Francisco](#)
- 08** [MPF apura danos em terras indígenas e unidades de conservação no noroeste de MT](#)
- 09** [Em encontro de culturas, índios e quilombolas debatem dificuldades de manter seus costumes](#)
- 10** [Índios e ruralistas em disputa política](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2013

Brasília, 29 de julho de 2013.

Papa veste cocar em encontro com indígenas

SÍTIO BOL, 27.07.2013

Rio de Janeiro, 27 jul (EFE).- O papa cumprimentou neste sábado no Rio de Janeiro um grupo de índios e não hesitou em colocar na cabeça um cocar oferecido por eles.

Francisco ganhou o presente no fim do encontro que teve com representantes políticos, sociais e culturais brasileiros. Vestidos de modo tradicional, os indígenas foram abençoados pelo papa.

Um dos chefes das comunidades indígenas tirou o cocar, adornado com penas brancas e marrons, e colocou no pontífice, que posou para fotos em meio a aplausos do público. Logo depois, Francisco devolveu o adorno ao índio.



Grupo de índios pataxós tenta entrar no Theatro Municipal sem camisa e são barrados
SÍTIO O GLOBO, 27.07.2013

Houve um pequeno incidente na entrada do Theatro Municipal, aonde o Papa Francisco se encontrará mais tarde com lideranças da sociedade carioca. Um grupo de índios pataxós chegou a ser temporariamente barrado pelos seguranças do teatro porque estavam de chinelos e sem camisa. Para resolver a confusão, a diretora do Municipal, Carla Camurati, pediu aos índios que vestissem a camisa da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) para entrar no local:

- Isso é uma norma: não pode entrar de bermuda, nem sem camisa. Não foi uma lei que eu fiz - disse.

A índia Suturiana Pataxó afirmou que se sentiu um pouco contrangida com essa obrigatoriedade.

- É constrangedor. A gente já entrou no Palácio do Planalto, conversou com a presidente Dilma (Rousseff) descalço e sem camisa. Obrigar a gente a por camisa gera constrangimento.



Índios de Dourados participam de capacitações para aumentar produção de alimentos
SÍTIO REGIÃO NEWS, 27.07.2013

Segundo a agente em indigenismo da Funai, Luciana Ribeiro, os trabalhos em ambas as terras está começando a se voltar para o cultivo orgânico.

Um grupo com 16 índios das aldeias Bororó e Jaguapiru, de Dourados, esteve presente na tarde desta sexta-feira (26) no Pavilhão de Eventos Dom Teodardo Leitz, durante o Fórum Regional de Desenvolvimento, na cidade, para participar de capacitações sobre o plantio de mandioca e a horta orgânica.

Segundo a agente em indigenismo da Funai, Luciana Ribeiro, os trabalhos em ambas as terras está começando a se voltar para o cultivo orgânico. Para ela, estas capacitações são importantes para orientá-los ainda mais. "Desta forma, os indígenas mantêm a tradição de produzir o próprio alimento e ainda garantem renda; com segurança alimentar", destaca.

Edite Martins, de 58 anos, que sempre viveu na comunidade, cultivando principalmente mandioca, abacaxi e banana, afirma ter adquirido mais conhecimento sobre o plantio de orgânicos. "Tenho certeza de que não só eu, como todos nós gostamos do dia de hoje", diz.

Durante dois dias, o Fórum Regional de Desenvolvimento – Circuito Centro Sul – levou a Dourados palestras de Inovação, produção no campo, dicas para melhorar a empresa, eficiência energética, gestão e logística, além de talk show sobre empreendedorismo feminino, Mostra de Franquias, Rodada de Negócios, Espaço Qualidade de Vida; entre outras atividades direcionadas à agricultura familiar, indústria, comércio, serviço e construção civil.

Realizam o evento Sebrae, Sistema Fiems, Sistema Fecomércio, Sistema Famasul, Sest Senat e Sistema OCB/MS; com apoio da ABF (Associação Brasileira de Franchising); Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul); Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED); Aurélio Luz Franchising & Varejo; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Cia de Franchising; Escola do Legislativo/Câmara Municipal de Campo Grande; Governo Federal/Controladoria Geral da União; Instituto Tomodati; SMTZO Holding de Franquias; Shopping Avenida Center; TCE/MS; Unigran (Universidade da Grande Dourados); UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul); UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados); e Prefeitura Municipal de Dourados



Indígenas atraem olhares durante peregrinação

SÍTIO O GLOBO, 27.07.2013

RIO — Em meio aos milhares de peregrinos que caminham em direção a Copacabana, chama a atenção uma tribo de 43 índios pataxós que vieram de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia, para participar da JMJ. A cidade, nos arredores de Porto Seguro, é o local onde foi celebrada a primeira missa no Brasil. Catequizados pelos jesuítas, os pataxós contaram que a missão deles no evento já foi cumprida na manhã deste sábado, quando representantes do grupo entregaram um cocar e uma carta ao Papa em que pediam ajuda do pontífice para que possa intervir junto ao governo brasileiro para solucionar os conflitos indígenas.

Muito aplaudidos enquanto caminham, os indígenas são solicitados para tirar fotos. Eles chegaram ao Rio no início da semana e estão hospedados na casa de um umbandista, conhecido como pai Marcos, em Santíssimo. Eles conheceram o anfitrião por intermédio de uma ONG de direitos humanos, após tentativas frustradas de tentarem se hospedar em paróquias. Sobre a presença dos indígenas no evento religioso, Ubiranam Pataxó, de 28 anos, explicou que a missão deles é compartilhar a cultura indígena com os jovens de todo o mundo.

— Para nós o Papa é como se fosse um grande guerreiro da nossa tribo, um grande líder religioso com um discurso que transcende qualquer tipo de cultura. Estamos aqui também para mostrar que o Deus do índio é o mesmo Deus do homem, apesar de cultuarmos também os seres da floresta — afirma.

O grupo de 43 pataxós representa uma tribo de cerca de 20 mil indígenas que vivem entre a Bahia e Minas Gerais.



Partido Indígena pode solucionar causas perdidas

SÍTIO ENCONTRO DE CULTURAS, 27.07.2013

Partido Nacional Indígena pode sanar as dificuldades de representatividade dos povos indígenas

Jovens das etnias Krahô e Xucuru cuidam das crianças Kariri-Xocó e Kuntanawá. Outras meninas riem e correm com crianças Kaiapó e Yawanawá que esperam as mulheres da tribo Fulni-ô e Paresí chegarem com bananas e melancias. Enquanto isso, os homens da tribo Yawalapiti assam peixes para alimentar a todos da aldeia. Algumas mulheres Kaxinawá pintam a família Innu, etnia indígena canadense, que visita a aldeia pela primeira vez. Homens e mulheres observam e vão se integrando ao ambiente interagindo e dialogando.

Um povo que cultua as raízes que são de todos os visitantes da aldeia nascidos em território brasileiro. Mas, que um dia foram ensinados a encarar essas tribos apenas como um povo errado, no continente errado e com crenças erradas. É nesse ambiente de união e partilha que a VII Aldeia Multiétnica vai quebrando paradigmas externos e mostra nas vivências do dia-a-dia que as etnias representadas fazem parte de um grupo maior que todos os dias precisa lutar por sua sobrevivência.

Para contribuir com esse processo na quinta-feira, 25, a Aldeia Multiétnica reuniu as lideranças indígenas presentes no local para participar da oficina trazida pelo Ministério da Cultura (MinC) sobre a Convenção 169. A oficina, ministrada pelo antropólogo e Secretário Geral da Presidência da República, Thiago Garcia, apresentou e explicou o Direito de Consulta dos Povos e Comunidade Tradicionais. A oficina reuniu não só líderes indígenas, mas também a comunidade civil, pesquisadores e interessados no assunto.

A comunidade indígena apontou como problema a falta de compromisso dos governantes com os acordos feitos, além de questionar a postura da Presidência da República que não respeita a convenção e outros direitos dos indígenas previstos na constituição como acontece no caso da Usina de Belo Monte. O Presidente da Comunidade Indígena em Brasília, Tabajara, da etnia Guajajara vive em Brasília e acredita que é preciso que o governo respeite a Convenção 169, ou do contrário que receba punições pelo desrespeito aos direitos indígenas. Tabajara, também disse estar insatisfeito com a falta de representação de seu povo nas cadeiras governamentais.

“Infelizmente temos muitas dificuldades para entrar na política, o máximo que conseguimos é um vereador aqui e acolá, mas ainda é insuficiente. Por isso estamos criando um novo partido político. O PNI, Partido Nacional Indígena. Já demos o primeiro passo. Criamos o estatuto e o livro de ata que foram publicados no dia 02 de Junho no Diário Oficial da União. Estamos agora recolhendo assinaturas para a homologação”

Segundo Tabajara, o Partido Nacional Indígena receberá a todos que se interessem pela defesa
CONT.



das culturas tradicionais não representadas, em especial, a indígena. Os indígenas vêm nesse partido uma forma de defenderem-se politicamente com voz e poder de voto. Os anos de colonização e de desapropriação de suas terras mostrou aos índios que para tratar de suas necessidades com o homem branco é necessário participação e representação política. "Oficializar essa representação nos moldes de um partido é sobretudo passar a não depender de promessas de governantes que estão distantes das demandas da população indígena."- Analisou Mariana Félix, 28, estudante de direito.

O Direito de Consulta dos Povos Tradicionais

O Direito de Consulta do Povos Tradicionais, ratificado no Brasil em julho de 2002, foi escrita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Presente nos artigos seis e sete o direito de consulta dos povos tradicionais prevê que os governos deverão consultar esses povos todas as vezes que forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los. Tendo o direito de participarem da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional. Tomando assim medidas em regime de cooperação com o governo para preservação do meio ambiente e da cultura dessas etnias.



Primeiro indígena a ter diploma de nível superior quer fundar partido

SÍTIO PORTAL ORM, 28.07.2013

Ary Kaingang articula a organização do Partido Nacional Indígena

No apagar das luzes de 2012, o primeiro Kaingang, etnia indígena do sul e sudeste do Brasil, a obter um diploma de nível superior e se tornar bacharel em direito deu início ao processo que resultaria na fundação do Partido Nacional Indígena (PNI).

Ary Paliano Kaingang, agora presidente nacional do PNI, reuniu seu projeto político com as propostas de representantes de etnias de nove Estados brasileiros, entre eles Roraima, o único do Norte do País, e deu início ao processo de estruturação do partido político com a proposta de incluir a classe indígena com eficácia nas pautas discutidas dentro das três instituições públicas que compõem a Praça dos Três Poderes, em Brasília.

O primeiro passo é colocar os índios dentro do Congresso Nacional e Câmaras Estaduais, não como protestantes ou convidados, mas sim como funcionários eleitos para representar, democraticamente, uma parcela da sociedade. "Foram 513 anos sofrendo exclusão por esses representantes que aí estão, agora tomaremos conta da nossa própria vida", disse.

Para tanto, Ary está correndo para proceder com todos os trâmites legais exigidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. O Partido já foi anunciado pelo Diário Oficial da União (DOU) e ainda resta, segundo o presidente do PNI, obter as assinaturas necessárias (já têm 200 mil das 500 mil exigidas) e um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A direção do PNI, formada somente por Índios, também já está se articulando para alugar a sede do partido, em Brasília e trabalhando para conseguir mais afiliados. "O partido é aberto a todos que forem adeptos à nossa causa. E nós teremos, também, programas e instituições especiais para excluídos das políticas públicas do governo", completou Ary.

Em entrevista a O Liberal, o bacharel kaingang prometeu: "O PNI colocará, de fato, o índio no poder. Nós só estaremos do lado de quem se juntar, também, à nossa causa". O PNI já tem a primeira convenção marcada para o dia 18 de agosto, em Brasília. E mesmo considerando que os índios têm sido prejudicados por gestões em todas as esferas do governo, o Partido já trabalha pensando em coligar-se para alcançar seus objetivos. Confira, a entrevista:

O que significa a criação desse Partido?

Como é de conhecimento da sociedade, os índios não têm como defender seus direitos, porque tudo depende da política e os índios não têm peso político. Nós não temos representantes para defender as nossas causas no Congresso. Tanto no executivo, como no legislativo, nós ainda não conseguimos quebrar essa barreira para levar as políticas públicas em benefício do nosso povo. Então, o PNI nasceu para ser um mecanismo que coloque, de fato, os indígenas no poder. Porque, a partir do momento em que os índios estiverem no poder eles mudarão a

CONT.



realidade dos índios em todo o Brasil. Hoje, tem muitas políticas públicas, mas os índios não têm acesso a elas. Faltam mecanismos que façam com que os índios sejam inclusos nessas políticas. Os índios no Brasil estão excluídos de tudo, esse é um dos nossos problemas principais. Tanto os partidos políticos como os nossos representantes eleitos ou nomeados terão a condição de fazer algo mais efetivo pelo seu povo com a caneta na mão. O Partido quebrará a barreira da exclusão. Com os mecanismos do partido político na mão, nós podemos mudar esse contexto caótico do índio, hoje, no Brasil. É um mecanismo legal, constitucional, mas, nós também enfrentaremos dificuldades, porque política é política, e nós já tivemos divergências de não índios com índios, mas tudo é superável.

No processo de criação apenas um representante do Norte estava envolvido. O Norte não é a região central dos índios no País?

De fato apenas uma representação de Roraima se uniu a nós no processo de criação do PNI. Mas, hoje a situação é completamente diferente, já temos representantes de todos os Estados. Esse contexto foi no começo, quando estávamos nos organizando, mas, logo em seguida começamos a expansão. Mesmo que ainda muitos não estejam registrados, já temos pessoas de todo o Norte trabalhando conosco, inclusive do Pará. De toda forma, sempre pensamos em todos índios, em todas as realidades das etnias, independente de quem esteve presente nas reuniões. Nós vamos lutar pelos direitos de índios de todo o Brasil. Já temos 19 Estados conosco e teremos sedes em todos eles.

Há algum projeto específico para os índios da Amazônia?

O projeto partidário contempla o Brasil inteiro, de acordo com as especificidades de cada região. Já estamos desenvolvendo e publicando projetos específicos para a Amazônia. Vamos entrar na área social, na área demarcatória, na área indígena, na área ambiental, na área de educação e de saúde. Vamos trabalhar muito com aquela região.

E os conflitos envolvendo índios na construção da Usina de Belo Monte? Quais serão as atitudes do partido diante desse caso?

Nós temos uma proposta para aquele problema. E essa proposta diz que todo e qualquer empreendimento que respeite a convenção 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)- nós queremos que ela seja cumprida, antes de tudo - colocará os índios como empreendedores e não como alguém que recebe uma indenização ou algo assim. Se os índios tiverem que sair, que saiam, mas que os índios sejam respeitados dentro da Lei e da convenção e que tenham uma participação permanente no empreendimento, como empreendedor.

CONT.



E o partido endossa todas as manifestações dos últimos meses, promovidas por índios no Pará, onde está sendo construído esse empreendimento?

Sim e, inclusive, nós teremos comissões para todas as áreas em que os índios têm se manifestado, ultimamente. Essas comissões auxiliarão nesses casos e ajudarão a dar mais voz e eficácia aos protestos. Teremos uma comissão jurídica, indígena, de educação, de saúde, das mulheres indígenas etc., tudo isso muito bem instituído dentro do partido.

E como o senhor tem observado a atuação política em níveis regional, estadual e municipal em relação aos índios?

A política que tem sido feita hoje no País, claramente age contrariamente aos interesses dos índios por prezar questões de popularidade e desenvolvimento a qualquer custo para a obtenção de lucros. Eles (agentes políticos) trabalham para uma classe e passam por cima de nós, dos nossos direitos, da nossa voz. Somos todos massacrados. Eles violam a constituição federal em nome de popularidade com uma sociedade da qual nós somos excluídos. Sociedade que em parte concorda com tudo isso. Esse desenvolvimento a qualquer custo pode ser bom para alguns setores da sociedade, mas, para nós que vivemos do ornamento da terra, dos bens naturais, pode não ser tão bom assim e eles não avaliam isso, não nos consideram, nos excluem. Não trabalham para o nosso benefício nunca! Além de destruir essas terras, os governos não fazem uso dela para a sobrevivência dos índios.

Mesmo assim o partido pensa em coligação?

O Partido é aberto. Nós convidamos os simpatizantes da causa indígena, os excluídos das políticas públicas e nós temos um programa que vai contemplar outros segmentos que queiram se juntar a nossa causa. Nós já temos propostas de fazer uma grande aliança, mas não concretizamos ainda porque estamos trabalhando para obter o aval do TSE para participar das eleições. Ainda não posso falar qual partido está mais próximo de nós porque estamos em fase de discussão. Mas, temos sido procurados por grandes partidos. Nós temos uma proposta e queremos tentar encaixá-la neles. Independente de qualquer coisa, inclusive, nós vamos lançar candidatos ano que vem. Se não pelo PNI, por meio de outro partido.

Independente disso, o PNI já pensa em quem apoiará para a corrida presidencial?

Ainda não, nós estamos conversando com a Rede, o PT e com o Aécio. Nós temos conversado com eles. Estamos aguardando. A melhor proposta nós vamos fechar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 133 / 2013

Brasília, 29 de julho de 2013.

Alguma empresa privada procurou vocês?

Ainda não.

Qual a ambição central do PNI?

Colocar nossos índios no poder para decidir os destinos do nosso povo. A primeira etapa é chegar ao Congresso Nacional.



Jovens indígenas do Tocantins entregam carta ao Papa Francisco

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2013

À Vossa Santidade o Papa Francisco

Nós lideranças indígenas do estado do Tocantins, estamos muito felizes que o senhor esteja aqui no Brasil na JMJ. Confiamos que sua visita será para o Brasil luz e esperança nesta atual conjuntura.

Em nome de todos os 305 povos indígenas do Brasil reconhecidos oficialmente, mas também, dos povos livres que ainda se encontram nas florestas, nós jovens indígenas do Tocantins que viemos a JMJ o cumprimentamos com respeito, admiração e carinho.

Sabemos que o senhor é a liderança maior da Igreja Católica, soubemos de todo o processo de sua eleição e acreditamos que Deus o chamou para uma importante tarefa, de forma especial com os pobres e excluídos. Não é a toa que o senhor escolheu para chamar-se "Francisco", o irmão dos pobres e da natureza.

Motivados e animados por esta simplicidade e seu compromisso com os pobres e excluídos, viemos até o senhor, para pedir-lhe que interceda pelos povos indígenas ante o governo brasileiro. Sua Santidade deve já conhecer a situação que se vive no Brasil, principalmente pelos últimos acontecimentos destes dois últimos meses, tudo como consequência das políticas governamentais que só servem ao grande capital e as grandes empresas e esquece o essencial: a vida, a justiça e a dignidade da população.

Nós pedimos a sua Santidade, como liderança maior que peça ao governo brasileiro que pare todos os ataques e violências que vem fazendo contra nosso povo indígena. Nós povos indígenas só existimos com a Terra que é nossa Mãe, com o rio que é nosso Pai, sempre vivemos em harmonia com a natureza, sem terra somos como uma árvore sem raiz. Por isto, viemos pedir que peça urgentemente ao governo da presidente Dilma Rousseff, que pare com o massacre contra nossos parentes, principalmente com o povo indígena Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que sofre por ter sido expulsado de sua terra que atualmente está em mãos dos fazendeiros. Eles matam, criminalizam e acusam de bandidos e invasores aos povos indígenas. Tal é o caso do povo Terena no estado do Mato Grosso do Sul e do povo Munduruku no estado do Pará, assim como, em outros povos, que por defender sua terra lideranças tem sido assassinadas covardemente.

Todos os conflitos se dão pelo direito a terra. E esse conflito o tem provocado e fomentado o governo brasileiro com sua política indigenista que prioriza a exploração e roubo de nossos territórios, transformando-o em mercadoria. Por isto, nossas terras são cobiçadas por grandes empresas que querem explorar sem piedade as riquezas de nossas matas. Nossa Terra é sagrada, é dom de Deus que deu aos nossos antepassados e nós não vamos deixar que nenhum governo, nem empresa tire de nós o que é nosso: a Terra.

CONT.



Os nossos territórios estão constantemente ameaçados pelos grandes projetos, como estradas, hidrelétricas, hidrovias, ferrovias e o agronegócio. Estes projetos são projetos de morte para nossa Mãe Terra e para nós povos indígenas. Por isto viemos pedir ao senhor, o amigo e defensor dos pobres, que peça ao governo brasileiro que pare com todos os esses projetos genocidas, como são a Portaria 303 da AGU, as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 038, 215 e 237, assim como também o Projeto de Lei (PL) 1610 sobre a mineração.

Todos eles são propostas para reduzir, manipular e acabar com os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988. Estas propostas colocam as terras indígenas a mercê da exploração desenfreada, que só quer destruir e matar, sem respeitar a nossa cultura, tradição e espiritualidade.

Peça ao governo brasileiro também que cuide com carinho e atenção dos povos indígenas, principalmente no tocante a saúde, pois muitas de nossas criancinhas, jovens e anciões tem morrido por falta de atendimento básico. Pedimos que interceda por nós para que o governo escute o clamor dos povos indígenas, dialogue com respeito e respeite as nossas decisões, no tocante a nossos territórios. Que respeite a Convenção 169 da OIT, e aceite a consulta, livre, previa e informada.

Nós só queremos nossa terra, viver em paz e criar nossos filhos e netos na terra que Deus nos deu. Queremos fazer nossas roças, pescar, cantar e dançar, fazer nossos rituais e viver tranquilos, é só isso que queremos, ou seja, queremos nosso Bem Viver, que significa viver bem com a natureza e com as pessoas. Não queremos que nossos jovens continuem suicidando-se por falta de seu território e por não ter o que oferecer aos seus filhos.

Queremos dizer ao senhor que agradecemos a solidariedade da Igreja Católica do Brasil à nossa luta e defesa de nossos direitos e o compromisso à causa indígena.

Papa Francisco, agradecemos que você não desistiu de vir ao Brasil neste momento difícil, que não tem medo de ficar com os pobres, que significa para nós ficar ao lado dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses e excluídos da sociedade e defende-los dos grandes e poderosos.

Já por último, queremos convidá-lo para que visite um dia nossa aldeia e veja a riqueza de nossa cultura e a força de nossa espiritualidade e contemple a beleza de nossa Mãe Terra.

Que Deus o ajude a defender a vida dos mais pequenos e que nos ajude a todos a construir a Terra sem Males.

Atenciosamente,

Jovens indígenas do Tocantins – Brasil



MPF apura danos em terras indígenas e unidades de conservação no noroeste de MT
SÍTIO JUÍNA NEWS, 28.07.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou inquérito civil público para apurar danos ambientais em terras indígenas e em unidades de conservação no noroeste do estado.

De acordo com portaria referente à abertura do inquérito, há suspeita de improbidade administrativa decorrente da emissão irregular de planos de manejo no entorno e no interior de terras indígenas e unidades de conservação.

Ministra Cármen Lúcia é designada relatora de ação penal contra Janete Riva
Coleta de óleo lubrificante: MPF abre inquérito para apurar supostos danos ambientais

O inquérito foi instaurado pelo procurador da República Manoel Gonçalves da Silva considerando a necessidade de coleta de mais elementos sobre a situação. Em portaria, ele não forneceu mais informações.

O noroeste mato-grossense abrange cerca de 12% da área total do estado. Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu e Juína estão entre as cidades da região. O início das investigações foi formalizado no último dia 9.



Em encontro de culturas, índios e quilombolas debatem dificuldades de manter seus costumes

SÍTIO PORTAL EBC, 29.07.2013

São Jorge (GO) – Durante o 13º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, entre 19 e 27 de julho, na Vila de São Jorge, município de Alto Paraíso de Goiás, cerca de 70 lideranças de comunidades tradicionais do Cerrado trataram das dificuldades que enfrentam para manter preservados seus modos de vida e o ambiente que ocupam.

O Segundo Encontro Regional da Rede Cerrado reuniu povos tradicionais de Goiás e do Distrito Federal. Comunidades - quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, extrativistas, geraizeiros (populações tradicionais que vivem no Norte de Minas), ribeirinhos e vazanteiros (que produzem na época das vazantes dos rios).



Índios e ruralistas em disputa política
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 28.07.2013

Diversos projetos em tramitação no Congresso tentam alterar as regras de demarcação e de exploração econômica das reservas indígenas. Mas só há acordo sobre o ressarcimento dos produtores

No dia 10 de julho, a presidente Dilma Rousseff recebeu pela primeira vez lideranças indígenas no Palácio do Planalto, mantendo uma tradição de encontros entre índios e presidentes pós-regime militar. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Agricultura aprovava o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 227, que trata dos direitos dessa população. Por pouco, o projeto quase seguiu diretamente para o plenário, sem passar por outras comissões, em uma manobra que contou com a participação de líderes partidários da base do governo, que assinaram o requerimento para a tramitação em regime de urgência. Traídas, as lideranças indígenas consideraram a articulação como mais um capítulo de uma ação orquestrada, contínua e planejada dentro do Congresso Nacional. "Como é que o movimento indígena estava sentado com a presidente, e era aprovado, naquele momento, com apoio total da base do governo federal, essa lei que fere os direitos dos índios?", questiona Lindomar Terena, de 38 anos, uma das lideranças da Terra Cachoeirinha, em Miranda (MS).

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, diversos projetos já tentaram definir regras para a demarcação de terras indígenas ou a exploração econômica dessas áreas (veja quadro). Em carta aberta publicada na última segunda-feira, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que reúne 89 associações da Região Amazônica, elencou 49 iniciativas parlamentares, de 13 partidos, que atentam contra direitos garantidos aos índios pela Carta Magna. O mais antigo dos projetos, de 1990, tentava regulamentar a mineração em terras indígenas.

O caso mais recente de divergências entre os dois mundos, antes do PLC 227, foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº215, que transfere o poder de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional. Caciques e entidades de defesa dos direitos dos índios reagiram ao projeto invadindo o plenário da Câmara, em abril.

"Volta e meia, abre-se uma temporada de caça aos direitos indígenas. Em geral, elas ocorrem quando se tem algum grande conflito na ordem do dia. O foco está em Mato Grosso do Sul, principalmente. É por aí que está se dando essa reação mais direta de parte da bancada ruralista", analisa Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental e vice-presidente da Funai entre 1995 e 1996. O estado citado por Santilli lidera a lista de homicídios de índios no Brasil na última década, com 317 assassinatos, contra 247 em todo o resto do país.

Conflitos reacesos

CONT.



Em 30 de maio, o caso mais recente: a morte do terena Oziel Gabriel, durante uma o cumprimento de uma decisão judicial de reintegração de posse de uma fazenda, em Sidrolândia (MS). "Para anular o conflito, não adianta querer paralisar as demarcações, muito menos mudar as regras do jogo. A tendência, se o PLC nº227 for aprovado, é reacender conflitos que já foram superados e manter insolúveis os conflitos atuais, que exigem uma solução", lamenta Santilli, que prevê uma disputa no Supremo Tribunal Federal, caso a aprovação do texto se confirme.

Ante as críticas ao projeto, o relator, deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO), um dos 228 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, diz que o cenário é de conflito declarado "em praticamente todos os estados brasileiros", mas culpa outros agentes. "Há um descontrole por parte da Funai, de algumas ONGs, que têm uma voracidade sem tamanho de criar terras indígenas e de ampliar as já existentes. Querem criar terra indígena onde não tem uma árvore plantada", rebate.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto, argumenta que o PLC nº227 tenta incluir interesses privados como sendo de "relevante interesse público da União", sob o pretexto de regulamentar o artigo 231 da Constituição. "Isso é uma evidente afronta não só ao direito dos povos indígenas, mas da União. As terras indígenas, quando reconhecidas, são bens e propriedade da União. Com o projeto, querem transformá-las em bens privados", acusa.

Para Buzatto, o PLC é apenas um exemplo de uma grande articulação entre ruralistas e Poder Executivo Federal. "O que vemos é um processo muito articulado de ataque a esses direitos, que pode resultar num retrocesso que remonta à década de 1970, quando os índios eram perseguidos e o governo tinha como plano integrá-los ao país", lamenta.

Em 17 de julho, após uma reunião entre o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), lideranças indígenas e parlamentares, o requerimento de urgência para a tramitação do PLP, proposto pela bancada ruralista, naufragou. Depois da intervenção de deputados do PV e do PSol, o projeto deverá ser discutido em uma comissão especial, com prazo e composição ainda não definidos. Enquanto isso, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu publicar, no início de agosto, uma portaria com novas regras para os processos de demarcação. A medida está em discussão entre a Casa Civil, a Advocacia-Geral da União e a Funai.

"Há um descontrole por parte da Funai e de algumas ONGs, que têm uma voracidade sem tamanho de criar terras indígenas e ampliar as já existentes. Querem criar terra indígena onde não tem uma árvore plantada"

Moreira Mendes (PSD-RO), deputado federal

Na fila para votação

Projetos de lei que tratam da demarcação de terras indígenas e da possibilidade de exploração econômica

PLP 227/12 (PSD)

» Define o que são as áreas de "relevante interesse público", onde não pode haver áreas



indígenas

PEC 237/2013 (PR)

» Permite o arrendamento de terras indígenas a produtores rurais, hoje vedada por lei

PL 1610/96 (PMDB)

» Regulariza a exploração de minérios em terras indígenas, hoje proibida pela Constituição

PEC 215/00 (PPB)

» Transfere os poderes de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional.

“Volta e meia, abre-se uma temporada de caça aos direitos indígenas. Em geral, elas ocorrem quando se tem algum grande conflito na ordem do dia. O foco está em Mato Grosso do Sul, principalmente”

Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental e ex-presidente da Funai